

Maior credor inglês quer controle do FMI

William Waack

LONDRES — Muito controle pelo FMI e pouco dinheiro em novos empréstimos para o Brasil. É nisto que estão pensando os principais banqueiros internacionais, a julgar pelas declarações de John Quinton, o novo chairman do Barclay's Bank. Entre os ingleses, ele é um dos principais credores do Brasil, e tem poucas ilusões: o país só voltará a ser bom negócio a prazo médio.

— Prefiro que o FMI se ocupe da economia brasileira”, disse Quinton, na sede londrina do Barclay's. Sei que há o Plano Bresser, e que está conseguindo alguns resultados, mas já houve também o Plano Cruzado, que acabou não dando certo.

John Quinton é afável, sorridente e muito comunicativo — o contrário da imagem que normalmente se faz dos mais importantes banqueiros na sisuda city, em Londres. Ele não perde seu jeito simpático nem mesmo ao comentar o prejuízo de 40 milhões de libras (64 milhões de dólares) na primeira metade do ano. Uma das principais causas foi a moratória declarada pelo Brasil.

O presidente do Barclay's está indo ao Rio e São Paulo no começo de outubro. Participa de um seminário e fala sobre o desenvolvimento dos mercados financeiros internacionais — algo virtualmente fechado para o Brasil desde a eclosão da crise do endividamento, em 1982.

O Barclay's teve um lucro de quase 700 milhões de dólares em seis meses. Agora, ao anunciar aos jornalistas, durante a semana passada, o prejuízo do primeiro semestre de 87 (causa-

do pelo aumento de provisões), Quinton disse claramente também como pretende orientar seus negócios: para o mercado doméstico, no qual o Barclay's cresceu 29% em seus lucros e, em se tratando de operações no exterior, para a América do Norte e Oriente. A América Latina e o Brasil estão obviamente excluídos.

— Isto não significa um retirada — afirmou. — Consideramos o Brasil uma excelente perspectiva a médio e longo prazo. Como estratégia a longo prazo, não podemos ignorá-lo. E se as coisas correrem bem, o Brasil poderá voltar a ser interessante na década dos 90 ou no ano 2000.

Por enquanto, Quinton pensa em proteger-se. O desconto dado no face value de papéis brasileiros chegou quinta-feira na sensível praça londrina a 52 centavos de dólar — um recorde negativo. Aparentemente, o Barclay's não atribui grande importância ao mercado secundário de títulos de dívida (no qual a Bolívia chegou a estar cotada a 6% e a Argentina a 47%).

Quinton e seus assessores — estava cercado por vários durante a entrevista, no velho edifício do Barclay's, na Lombard Street — preferem concentrar a atenção nos projetos 3 e 4 da dívida brasileira. São as linhas de crédito interbancário e comerciais, num total aproximado de 10 bilhões de dólares.

Aumentou bastante a pressão dos bancos estrangeiros no âmbito da dívida a curto prazo. Há fortes pressões para a subida de spreads. “Nada mais natural”, diz o general manager do Barclay's, Charles Manton.

Os bancos brasileiros operando na City já sentiram o peso. As ameaças de retirada de depósitos a curto prazo têm sido frequentes. A manutenção de linhas pequenas, na ordem de 10 a 90 milhões de dólares, muitas vezes é associada ao pagamento

de taxas muito mais altas do que as normais do mercado. Algumas chegam a 1,75% sobre a taxa nominal de juros, o que é considerado bastante alto. O Banco do Brasil tem resistido a esses pedidos, sem perder suas linhas (tem quase 1,5 bilhão de dólares em depósitos em Londres, uns 40% do que capta no exterior), mas outros bancos brasileiros concordam em pagar.

Fontes de bancos em Londres acham que o país só conseguirá algum tipo de acordo com os credores comerciais se realizar pagamentos simbólicos de juros, virtualmente suspendendo parte da moratória. John Quinton não quer “prejulgar” as negociações marcadas, finalmente, para setembro, mas diz que a idéia de Bresser em procurar primeiro um acordo com os credores comerciais e depois com o FMI “é coisa muito difícil”.

Os bancos terão também dificuldades em se entender”, diz o chairman do Barclay's, “não é só o fato da atitude do Citicorp ter colocado bancos em situações muito diferentes. A questão principal também é saber como e quando a relação de confiança do Brasil com a comunidade internacional será totalmente recuperada”.

Quinton e seus diretores acham que os bancos dificilmente concordarão em fornecer dinheiro novo. Observam com certa apreensão a discussão, no Brasil, sobre as modalidades que permitiriam a conversão de dívida em capital de risco, uma alternativa na qual os grandes bancos estão fortemente interessados. Querem que o país defina logo as regras da conversão e mostre atitude melhor frente ao capital estrangeiro. Nós estamos interessados em debt-equity-swaps (conversão de dívida) apenas em setores que não nos sejam estranhos e em algo que acreditemos que possa ir bem no futuro — advertiu o general manager, Manton.